



**SUSTENTANDO O FUTURO.
DEFENDENDO A AGRICULTURA.**

www.andefedu.com.br

Desconstruindo Mitos Na Aplicação Aérea De Defensivos

*Por Ulisses R. Antuniassi; Professor Titular do Departamento de Engenharia Rural
FCA/UNESP - Botucatu/SP (ulisses@fca.unesp.br)*

Setembro de 2013.

Periodicamente ocorre a publicação de informações dando conta da potencial ineficiência da aplicação aérea de defensivos. Misturando interpretações errôneas, distorções de conceitos ou puro desconhecimento técnico, artigos e reportagens afirmam categoricamente que a aplicação aérea é uma ferramenta extremamente ineficaz pelo fato de que “somente 1% do produto aplicado atinge o alvo. Os 99% restantes vão para o ar, água e solo”. Um dos casos clássicos desse tipo de desinformação ocorreu no ano passado, quando uma reportagem de jornal que tratava do uso de defensivos no Brasil envolveu professores e pesquisadores de universidades, os quais citavam essa “ineficiência” como justificativa para defender a proibição da aplicação aérea no país. O interessante dessa reportagem era a citação de uma cadeia de artigos científicos que comprovariam a hipótese, citando nomes de pesquisadores renomados a até uma tese de doutorado sobre o tema.

É certo que na comunidade acadêmica que de fato atua neste ramo, como os professores e pesquisadores da área de tecnologia de aplicação dos defensivos, por exemplo, esse tipo de mito não encontra respaldo. O princípio é básico: se de fato houvesse uma técnica com perdas de 99%, a mesma dificilmente seria eficaz no controle de pragas e doenças, e por isso nenhum agricultor se disporia a usá-la. Não é o que ocorre atualmente com a aviação agrícola, que é tratada como indispensável por diversos setores do agronegócio brasileiro.

Mas, fica a pergunta: como haveria então uma tese que comprovaria o mito? Uma busca rápida pelas bibliotecas científicas virtuais nos coloca rapidamente contato com a tal tese de doutorado. Na verdade, trata-se de um trabalho sobre química analítica que não aborda (nem de perto) as aplicações aéreas. Na introdução do trabalho, a autora apresenta a tradução literal de uma frase publicada em outro artigo, com a seguinte redação: “De fato, estima-se que apenas 0,1% do agrotóxico aplicado nas plantações atinja realmente o alvo definido...”. Portanto, não coube à autora da tese a afirmação. Ainda, enquanto a reportagem de jornal citava “somente 1%”, a frase da tese citada referencia “0,1 %”, o que reforça ainda mais a cadeia de desinformação.

Mas é possível buscar a informação original. O tal artigo citado na tese tratava o assunto igualmente como uma “citação da citação” (reprodução da opinião de terceiros), sem qualquer referência à aviação agrícola. E um pouco mais de busca nos fez encontrar finalmente a origem do mito, num artigo publicado na década de 1980. Neste artigo, professores de uma universidade americana opinavam de maneira crítica ao controle químico de pragas, e a tal citação do valor (“apenas 0,1%”) não tinha fundamentação científica. Portanto, não se tratava de pesquisa. Os autores apresentavam na verdade cálculos teóricos da quantidade de inseticida que uma determinada lagarta poderia comer, sem qualquer referência direta sobre a deriva nas aplicações. Portanto, o mito usado para combater a aviação agrícola foi originado de um artigo que nem sequer tratava do assunto.

Essa cadeia de “citações das citações” nos faz refletir sobre o uso equivocado da informação dita como “de base científica”. O fato de um pesquisador citar uma fonte não necessariamente torna a informação verdadeira. Muito menos a torna científica. É esse tipo de cuidado que devem ter os formadores de opinião, os legisladores e a imprensa em geral para evitar a propagação de mitos, cujo impacto pode ser muito prejudicial ao agronegócio e ao país como um todo.